



---

## **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL**

<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

**ISSN 2176-9036**

---

### **SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÃO HOSPITALAR**

### **SUSTAINABILITY THROUGH ENVIRONMENTAL ACCOUNTING: CASE STUDY IN HOSPITAL**

#### **Autores:**

#### **Vinicius Pamplona**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
E-mail: [vinicius\\_pamplona@hotmail.com](mailto:vinicius_pamplona@hotmail.com)

#### **Elisete Dahmer Pfitscher**

Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFSC  
E-mail: [elisete@cse.ufsc.br](mailto:elisete@cse.ufsc.br)

#### **Vivian Osmari Uhlmann**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFSC  
E-mail: [vouhlmann@gmail.com](mailto:vouhlmann@gmail.com)

#### **Bernadete Limongi**

Doutora em Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte Americana pela Universidade de São Paulo; Pós-Doutorado na Universidade de Essex (Inglaterra)  
Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFSC  
E-mail: [bernadetelimongi@yahoo.com.br](mailto:bernadetelimongi@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Este trabalho teve por objetivo analisar o sistema contábil gerencial ambiental dos aspectos e impactos ambientais de um hospital, com o auxílio da contabilidade ambiental. Por meio de

um estudo de caso, em um hospital de Florianópolis – SC, com a aplicação parcial do Sistema Contábil Gerencial Ambiental – SICOGEA, foi possível determinar o grau de sustentabilidade e desempenho ambiental da referida instituição. A pesquisa adotada neste estudo é de natureza exploratório-descritiva com abordagem predominantemente qualitativa. Com base nos resultados alcançados, parece evidente que a instituição necessita aprimorar o processo de gestão ambiental, visto que apenas o critério de Tratamento com pacientes apresentou um grau de sustentabilidade considerado adequado pelo método de avaliação do desempenho ambiental adotado nesta pesquisa. As demais categorias contempladas no estudo obtiveram apenas o conceito regular ou deficitário no que concerne ao desempenho no gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais. O baixo desempenho ambiental da maioria dos critérios indica a possibilidade da ocorrência de impactos ambientais negativos no processo de prestação dos serviços hospitalares. Outra constatação que emerge desses resultados é a de que a organização visa unicamente o atendimento de disposições legais.

**Palavras-chave:** Contabilidade Ambiental. Sustentabilidade. Desempenho Ambiental. Sistema Contábil Gerencial Ambiental - SICOGEA. Hospital.

### **Abstract**

The present work had as its aim to analyze the environmental management accounting system concerning the environment and impact aspects in a hospital, with the use of environmental accounting. Through a case study in a hospital located in Florianopolis – SC, with the partial application of the Environmental Management Accounting System – SICOGEA, it was possible to define the degree of sustainability and environmental performance of the aforesaid institution. The research undertaken was of the descriptive exploratory type with the predominance of a qualitative approach. Based upon the results obtained it seems evident that the institution needs to improve its environmental management processes since only the criterion linked with the treatment of patients revealed a degree of sustainability considered adequate according to the evaluation method adopted in this research. The other categories included in the study were considered regular or even deficient in relation to their environment aspects and impacts. The mediocre environmental performance of the majority of the criteria suggests the possible occurrence of negative environmental impacts as the hospital renders its treatment. The results of the research also led to the acknowledgement that the institution under scrutiny only aims at obeying the law.

**Keywords:** Environmental Accounting. Sustainability. Environmental Performance. Environmental Management Accounting System – SICOGEA. Hospital.

## **1 INTRODUÇÃO**

Em decorrência da crescente escassez de recursos naturais e da degradação da natureza, em todo o mundo acirrou-se o debate econômico, político e social sobre tais situações e as medidas necessárias à reversão deste cenário. Nesse sentido, uma possível alternativa é o fomento a métodos de gestão ambiental que restaurem, potencializem o uso e/ou preservem os recursos naturais para as gerações futuras.

Cada particular contribui para a vivência da crise ambiental. Ora, não é diferente no meio empresarial. Por mais eficazes que sejam os controles sobre os processos produtivos, dificilmente é possível neutralizar os impactos. Geralmente, o saldo ambiental é negativo,

sendo inevitável trabalhar-se com medidas compensatórias. Isto nunca dispensa, é claro, as medidas preventivas.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objeto de estudo o sistema de gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais de um hospital. Por se tratar de uma atividade que atinge a sociedade em geral, todo o processo de prestação dos serviços deve ser controlado no que se refere ao meio ambiente, e a contabilidade, de alguma forma, virá a auxiliar.

Tendo como base essas considerações, tem-se como questão-problema: existe um sistema onde a contabilidade pode auxiliar no processo de gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais em um hospital?

Assim, o objetivo principal deste estudo consistiu em analisar o sistema contábil gerencial ambiental dos aspectos e impactos ambientais de um hospital, com o auxílio da contabilidade ambiental.

Para a consecução do objetivo central da pesquisa, houve que se atender especificamente aos seguintes propósitos: conhecer os procedimentos da rotina hospitalar; demonstrar uma visão geral do gerenciamento de um hospital, identificando seus investimentos, custos, ativos e passivos, através da contabilidade ambiental; analisar como a contabilidade ambiental pode auxiliar no gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais deste hospital; e apresentar o grau de sustentabilidade e desempenho ambiental da instituição hospitalar, utilizando-se do Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA), especificamente, a primeira fase da terceira etapa.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotada neste estudo é de natureza exploratório-descritiva com abordagem predominantemente qualitativa. A pesquisa qualitativa, como bem acentua Richardson (2008, p. 90), “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.”

Na percepção de Gil (1991), a pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, a fim de instigar o aprofundamento do tema tratado. Ainda, segundo o autor, a pesquisa exploratória objetiva-se a fornecer uma visão holística acerca de determinado episódio. Verifica-se que esse tipo de pesquisa é aplicado, especialmente, quando o assunto escolhido é, até então, abordado de forma incipiente.

A presente pesquisa endossa o conceito supracitado à medida que contempla um assunto pouco explorado pela área contábil. Não obstante sejam muitas as discussões a respeito da matéria, fato é que, até o momento, pouco consenso existe entre aqueles que a estudam. Assim, o estudo propôs-se a contribuir na consolidação das teorias acerca da relação da contabilidade na gestão ambiental das empresas.

Beuren *et al.* (2003) informam que a pesquisa descritiva busca dentro do objeto de estudo, identificar suas variáveis, relatar e comparar, sem ter um aprofundamento maior, como formulações de hipóteses. Nesse sentido, os objetivos de identificar e relatar o sistema contábil gerencial ambiental dos aspectos e impactos ambientais do hospital vem ao encontro da literatura.

O processo de coleta dos dados junto à instituição hospitalar ocorreu através da realização de entrevista semi-estruturada ao responsável pela área ambiental. A entrevista teve como base uma lista de verificação contendo 129 questões (Apêndice A), ordenadas em critérios e sub-critérios. Essa etapa teve por finalidade principal a identificação da forma de gestão dos aspectos e impactos ambientais.

Para o tratamento dos dados coletados utilizou-se da técnica da análise de conteúdo, a partir do aporte teórico da Contabilidade Ambiental. Para Bardin (2004) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações.

A trajetória metodológica foi desenvolvida em três fases distintas, quais sejam: fundamentação teórica, estruturação do estudo de caso, e análise dos resultados obtidos na aplicação parcial do SICOGEA em um hospital.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo aborda-se a base teórica considerada necessária no desenvolvimento do estudo.

#### **3.1 Contabilidade ambiental**

Devido à velocidade das transformações econômicas e sociais, e considerando a longa história da Ciência Contábil, a contabilidade ambiental pode ser considerada uma vertente recente. Ela consiste em um instrumento para a gestão ambiental. Dentro desse contexto, Tinoco e Kraemer (2004) sustentam que a contabilidade ambiental objetiva-se a evidenciar e espelhar a relação das empresas com o meio ambiente.

Paiva (2003, p. 17) se refere à contabilidade ambiental como “a atividade de identificação de dados e registros de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.”

Ott e Damalgro (2002 *apud* FURTADO, 2008) atribuem à contabilidade ambiental a finalidade de “registrar custos, despesas, ativos e passivos ambientais, além de proporcionar informações com transparência para os seus usuários sobre o desempenho ambiental, de acordo com os princípios contábeis.”

Ribeiro (2006) considera que os ativos ambientais “são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pela empresa, que tenham capacidade de geração de benefício econômico futuro e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental.”

Já o passivo ambiental, segundo a Norma e Procedimento de Auditoria (NPA) 11 – Balanço e Ecologia, pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. Uma empresa tem passivo ambiental quando ela agride, de algum modo e/ou com alguma ação, o meio ambiente e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação, aprovado oficialmente ou de sua própria decisão (IBRACON, 1996).

Diz ainda a norma que as empresas poluidoras que não reconhecerem, atualmente e no futuro, os encargos potenciais do passivo ambiental, na realidade estão apurando custos e lucros irreais. Então, passivo ambiental é toda obrigação contraída, voluntariamente ou involuntariamente, destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental.

Zanluca (2007) define os custos e as despesas ambientais como os gastos aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo. Ainda, segundo o autor, quando aplicados diretamente na produção de bens e serviços, estes gastos são classificados como custo. Caso não venham a ser aplicados diretamente na produção, tais gastos são denominados despesas.

Na visão de Ribeiro e Gratão (2000), os custos ambientais podem ter origem nos insumos requeridos para eliminar a produção de resíduos poluentes durante e após o processo produtivo. Podem ainda ser originários da depreciação dos equipamentos e máquinas utilizados para controle e preservação do meio ambiente. Outra fonte de custos ambientais

pode ser a necessidade de tratamento e recuperação de áreas degradadas pela ação da companhia. Percebe-se que os custos ambientais têm suas origens no consumo dos ativos ambientais e servem para a constituição dos passivos ambientais.

Todos os ganhos de mercado que a empresa passa a auferir a partir do momento em que a opinião pública reconhece sua política preservacionista e dá preferência aos seus produtos são considerados receitas ambientais. Estas receitas podem ser de prestação de serviços especializados em gestão ambiental; da venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo; e de marcas e patentes relacionadas especificamente ao meio ambiente.

### **3.2 Sistemas de gestão ambiental**

As empresas têm se defrontado com um processo crescente de cobrança por uma postura responsável e de comprometimento com a qualidade ambiental. Esta cobrança tem influenciado a ciência, a política, a legislação, e as formas de gestão e planejamento, sob pressão crescente dos órgãos reguladores e fiscalizadores, das organizações não governamentais e, principalmente, do próprio mercado, incluindo as entidades financiadoras, como bancos, seguradoras e os próprios consumidores.

Sob tais condições, as empresas têm procurado estabelecer formas de gestão com objetivos explícitos de controle da poluição e de redução das taxas de efluentes, cessando e/ou minimizando os impactos ambientais negativos ao mesmo tempo em que potencializam os positivos através da otimização do uso de recursos naturais. A gestão ambiental, consoante Ferreira (2003, p. 41), “tem por objetivo maior propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva.”

A eficiência na gestão ambiental pode ser alcançada através da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Esse, de acordo com Ávila e Paiva (2006), é “uma estrutura padronizada montada para gerenciar as atividades referentes ao meio ambiente, de forma sistematizada e que possibilite gerar informações.”

A adoção de um SGA normalmente encaminha a empresa para uma melhor estabilidade e sustentabilidade, pois estabelece um comprometimento maior entre todos os envolvidos no processo. Para tanto, desenvolve-se um sistema de princípios em busca de vantagens competitivas, organizacionais, entre outras (PFITSCHER, 2004).

Um SGA oferece ordem e consistência para os esforços organizacionais no atendimento às preocupações ambientais através de alocação de recursos, definição de responsabilidades, avaliações correntes das práticas, procedimentos e processos (QUEIROZ *et al.*, 2007).

A colocação supracitada é de extrema e valiosíssima importância, pois remete ao principal objetivo do SGA que é o da melhoria contínua. Dinâmico, em permanente revisão, proporciona que a cada novo ciclo o sistema opere em um nível superior de qualidade, pois se consubstancia pela retroalimentação proporcionada pela sua avaliação periódica. A conformidade conquistada pela adoção do SGA é estável e sustentável, pois está calcada no comprometimento da empresa e de seus colaboradores, em planos, programas e procedimentos específicos.

#### **3.2.1 Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA)**

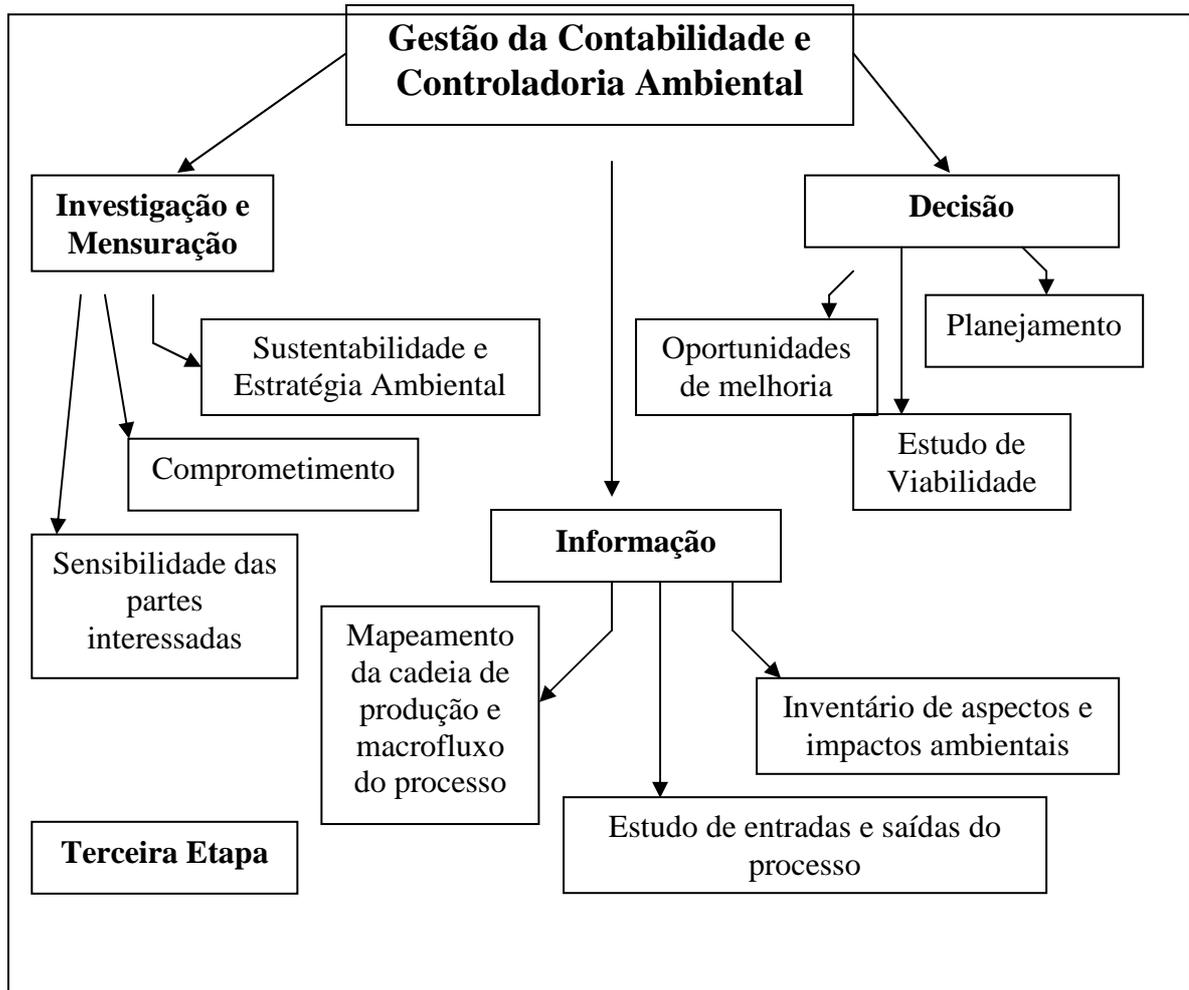
O SICOGEA - Sistema Contábil Gerencial Ambiental é uma ferramenta de gestão ambiental, que une, através de controles, a contabilidade ao meio ambiente. O objetivo desse sistema é gerar informações ao gestor sobre os impactos das suas ações no meio ambiente. E,

teve sua origem no método GAIA – Gestão dos Aspectos e Impactos Ambientais, de autoria do Professor Dr. Alexandre Lerípio.

Conforme Lerípio (2001), o método GAIA trata-se de um instrumento para demonstrar o desempenho ambiental das organizações, proporcionando o atendimento à legislação, por ter como base a ISO 14.000, que visa à melhoria contínua e a prevenção. O GAIA tem como foco a sustentabilidade ambiental, através do estudo dos processos e da relação da organização com o meio ambiente, seus aspectos e impactos ambientais.

De acordo com Pfitscher (2004), o SICOGEA possui três etapas distintas, quais sejam: Integração da cadeia produtiva, Gestão do controle ecológico e, Gestão da contabilidade e controladoria ambiental. Esta terceira etapa consiste na avaliação dos setores da entidade com o meio ambiente, verificando suas ações e influências no processo de decisão. Dividi-se em três fases, a saber: a primeira da Investigação e mensuração, que apresenta a Sustentabilidade e estratégia ambiental, Comprometimento e a Sensibilização das partes interessadas; a segunda fase é a da Informação, vindo a mapear a cadeia de produção; e, por fim, a fase da Decisão, identificando as oportunidades de melhoria e suas viabilidades por meio de planejamento.

A Figura 1 possibilita ter uma visão detalhada das fases que compõe a terceira etapa do SICOGEA.



**Figura 1 - Estrutura da terceira etapa do SICOGEA**

Fonte: Pfitscher (2004, p.119)

Faz parte da primeira fase (Investigação e mensuração), da terceira etapa (Gestão da contabilidade e controladoria ambiental), uma lista de verificação, na qual as questões são direcionadas em critérios e sub-critérios. Sobre esse instrumento, Nunes *et al.* (2007, p. 3) relatam que:

Para a área ambiental, pode ocorrer o mesmo sistema de verificação da auditoria, a fim de obter o nível de qualificação das políticas ambientais definidas pela instituição. Com isso, o SICOGEA se estrutura de tal forma a possibilitar o conhecimento das diversas áreas da instituição e seu nível de envolvimento com o meio ambiente, por meio dessa lista de verificação e sua análise.

Através dessas ações idealizadas pelo SICOGEA, buscou-se conhecer o nível de envolvimento da organização pesquisada com o meio ambiente.

### 3.3 O tratamento dos resíduos nas unidades hospitalares

As práticas e técnicas utilizadas no tratamento dos resíduos variam de um país para outro. Entre as práticas mais usadas está a incineração, mas, também, encontram-se outras, como o aterramento desses restos. Porém, a disposição em aterros não é aconselhável, pois o

lixo acarreta um ônus irreversível às estruturas físicas e ambientais (WASTE INFORMATION SSSYTREM, 1992, *apud* PFITSCHER *et al.*, 2006).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou, no dia 7 de dezembro de 2004, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 306. A Resolução estabelece procedimentos para o gerenciamento dos resíduos gerados nos serviços de saúde, com objetivo de preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente. A respeito, o Capítulo III da referida normatização dispõe:

O gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

Na percepção de Pfitscher *et al.* (2006), os tratamentos utilizados devem considerar previamente a eliminação da possibilidade de contaminação, disseminação de agentes patogênicos, dentro do que é legalmente aceito. É defendido por alguns pesquisadores, que esse tratamento já seja realizado no próprio hospital onde foi gerado, treinando pessoas para transporte e manuseio desse material. Entretanto, esses processos ocorrem de diferentes formas, em várias fases, até a disposição final, por não se tratar de algo homogêneo.

Ainda, segundo os mesmos autores, existem dois métodos utilizados para eliminação destes resíduos de saúde, que são a incineração e a autoclavagem.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

O Hospital Florianópolis localiza-se no município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, tendo iniciado suas atividades no ano de 1969. Ao longo do tempo, o hospital tem passado por várias reformas, tanto na estrutura física como funcional, a fim de atender de modo satisfatório a demanda da comunidade.

Atualmente, o Hospital Florianópolis está estruturado nas seguintes unidades: pacientes externos, emergência, internação cirúrgica, clínica médica masculina e feminina, centro cirúrgico, e unidade de terapia intensiva. Considerado um hospital de médio porte, a média de atendimento ambulatorial e de emergência é de 1.200 consultas ao mês, nas especialidades cirúrgica, ortopédica, pediátrica e medicina interna. Conta com 98 leitos ativados, destinados à clínica médica, com média de internação de 250 pacientes ao mês, perfazendo uma taxa de ocupação em torno de 90%. Para corroborar os dados, segue a Figura 2, que ilustra a instituição hospitalar externamente.



**Figura 2 – Visão frontal do Hospital Florianópolis**

Importa salientar que o hospital segue a Resolução RDC nº 306, emitida pela ANVISA, no que compete ao gerenciamento dos resíduos hospitalares. Consoante o Plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde do Hospital Florianópolis, os resíduos são classificados nos grupos:

- Grupo A (infectantes): resíduos com a possível presença de agentes biológicos, que por suas características, podem maior risco de infecção;
- Grupo B (químicos): resíduos contendo substâncias químicas que apresentam risco a saúde pública ou ao meio ambiente;
- Grupo C (comuns): todos os resíduos gerados nos serviços de saúde que não necessitam de processos diferenciados em relação ao acondicionamento, identificação e tratamento;
- Grupo D (radioativos): os rejeitos devem ser segregados de acordo com a natureza física do material e do radionuclídeo, bem como o tempo limite para eliminação;
- Grupo E (pérfurocortante): os objetos e instrumento capazes de cortar e/ou perfurar.

O setor que gera a maior quantidade de resíduos no Hospital Florianópolis é o da nutrição. Contudo, são resíduos pertencentes ao grupo C, os de menor potencial de impactar o meio ambiente.

## 5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentam-se neste item os resultados encontrados com o desenvolvimento da pesquisa, assim como as análises e interpretações pertinentes, a luz das teorias existentes.

### 5.1 Aplicação parcial do SICOGEA

O SICOGEA é composto, como já visto, por três etapas principais. No entanto, a grande dimensão inerente à aplicação integral do SICOGEA limita este trabalho a apresentar apenas o emprego da primeira fase, da terceira etapa, do referido sistema. Essa fase trata da Investigação e mensuração, e divide-se em: Sustentabilidade e estratégia ambiental; Comprometimento; e Sensibilização das partes interessadas.

A lista de verificação que integra a fase de Investigação e mensuração sofreu adaptações para que pudesse ser aplicada ao setor hospitalar. As 129 questões presentes na lista de verificação (Apêndice A) aplicada neste estudo foram direcionadas em critérios e sub-critérios, da seguinte maneira: 5 questões para o critério 1 – Fornecedores; 22 questões para o critério 2 – Ecoeficiência do processo hospitalar, divididas em: subcritério a – Incineração de resíduos (12 questões), subcritério b – Autoclavagem (10 questões); 5 questões para o critério 3 – Tratamento com pacientes; 7 questões para o critério 4 – Indicadores gerenciais; 11 questões para o critério 5 – Recursos humanos na organização; 43 questões para o critério 6 – Indicadores contábeis, distribuídas em 3 sub-critérios, quais sejam: Indicadores contábeis de bens, direitos e obrigações (20 questões), Indicadores ambientais de contas de resultado (12 questões, e Indicadores de demonstração ambiental específica (11 questões); 36 questões para o critério 7 – Auditoria ambiental.

As respostas obtidas da aplicação dessa lista de verificação recebem a seguinte avaliação: A – adequada; D – deficitária; e NA – não se aplica à empresa.

Para o cálculo geral e detalhado da sustentabilidade ambiental do hospital foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Sustentabilidade} = \frac{\text{total de quadros A} \times 100}{\text{total de questões} - \text{total de quadros NA}}$$

De posse dos resultados obtidos com a aplicação da referida fórmula, prosseguiu-se a identificação do grau de desempenho ambiental, com base nos parâmetros apresentados no Quadro 1.

Resultado	Sustentabilidade	Desempenho: controle, incentivo, estratégia competitiva.
Inferior a 50%	Deficitária – “D”	Fraco, pode estar causando danos ao meio ambiente.
Entre 51 e 70%	Regular – “R”	Médio, atende somente a legislação.
Mais de 71%	Adequado – “A”	Alto, valorização ambiental com produção ecológica e prevenção da poluição.

#### Quadro 1 – Avaliação da sustentabilidade e desempenho ambiental

Fonte: adaptado de Leripio (2001) e Miranda e Silva (2002, *apud* PFITSCHER, 2004, p. 130)

Isto posto, foi possível passar a analisar a sustentabilidade e desempenho ambiental, através dos critérios e sub-critérios, com vistas a ressaltar situações deficitárias na instituição pesquisada.

### 5.2 Sustentabilidade e desempenho ambiental

De modo geral, a sustentabilidade da instituição hospitalar pesquisada chegou ao índice de 56,58%, o que pode ser equiparado a um desempenho ambiental regular, com vistas a atender somente a legislação.

Os resultados obtidos a partir da aplicação da fórmula, já citada, às respostas da lista de verificação são apresentados conforme os critérios e sub-critérios na Tabela 1.

**Tabela 1 – Sustentabilidade parcial por critério e sub-critério**

Critério	Sub-critério	Sustentabilidade
Fornecedores	-x-	200/3 = 66,67%
Ecoeficiência do processo hospitalar	a) Incineração de resíduos	- x -
	b) Autoclavagem	200/4 = 50%
Tratamento com pacientes	-x-	300/4 = 75%
Indicadores gerenciais	-x-	400/6 = 66,67%
Recursos humanos na organização	-x-	700/10 = 70%
Indicadores contábeis	a) Indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações	200/18 = 11,11%
	b) Indicadores ambientais de contas de resultado	300/5 = 60%
	c) Indicadores de demonstração ambiental específica	100/11 = 9,09%
Auditoria ambiental	-x-	1900/15 = 54,29%

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004)

A seguir, consta uma análise da sustentabilidade e desempenho ambiental pormenorizada dos critérios e sub-critérios, fazendo-se conhecer o nível de envolvimento da organização com o meio ambiente

### **Critério 1 – Fornecedores**

O critério Fornecedores apresentou um grau de sustentabilidade de 66.67%, tido como regular pelo método de avaliação do desempenho ambiental adotado na pesquisa.

A esse respeito, é oportuno mencionar que o processo hospitalar segue a legislação ambiental.

Além disso, os fornecedores não são monopolistas no mercado. Devido ao fato do hospital pertencer à rede pública, todas as compras são realizadas através de licitações. Os membros da administração não possuem conhecimento da conduta ambiental dos fornecedores. E, não apresentam alternativas para o tratamento dos resíduos hospitalares.

### **Critério 2 – Ecoeficiência do processo hospitalar**

Este critério buscou saber qual a forma de destino atribuída aos resíduos do processo hospitalar, seja a incineração ou a autoclavagem.

Do cálculo, obteve-se um percentual de 50, o que corresponde a um grau de sustentabilidade deficitário. Esse índice diz respeito ao subcritério Autoclavagem, uma vez que o da Incineração de resíduos não se aplica a instituição estudada.

O hospital terceiriza os serviços de coleta e transporte dos resíduos para um aterro especializado no depósito de lixo de alta periculosidade. O baixo desempenho no critério ocorreu devido ao desconhecimento da instituição em relação ao tratamento dos resíduos por parte da empresa terceirizada.

### **Critério 3 – Tratamento com pacientes**

Quanto ao Tratamento com pacientes, o resultado obtido foi de 75%, alcançando um grau de sustentabilidade e desempenho ambiental considerado adequado.

Os fatores avaliados como adequados aos aspectos ambientais foram a estrutura física do hospital, o acompanhamento psicológico a pacientes com enfermidades graves e a separação dos pacientes com doenças contagiosas dos demais.

Contudo, a quantidade de recursos humanos a disposição dos pacientes mostrou-se insuficiente. Outra observação é a de que os pacientes não possuem conhecimento sobre a valorização ambiental, já que não se tem nenhum projeto nesse sentido. Visa-se atender somente a legislação.

### **Critério 4 – Indicadores gerenciais**

O desempenho ambiental do critério Indicadores gerenciais foi enquadrado como regular, em face do grau de sustentabilidade ter ficado em 66,67%.

Contribuiu positivamente no índice o fato da instituição não ter sofrido nenhuma ação judicial referente à poluição e acidentes ambientais, bem como a indenizações trabalhistas decorrentes dos danos. Aliado a isso, não ocorreram reclamações relacionadas a impactos ambientais negativos oriundos do processo hospitalar pela comunidade vizinha.

Por outro lado, não houve investimentos sistemáticos em proteção ambiental, embora o hospital demonstre interesse, a realização de tais medidas depende de órgãos públicos superiores. A falta de indicadores que denotam a eficiência da utilização de insumos e matérias primas constituiu outro ponto deficitário.

### **Critério 5 – Recursos humanos na organização**

Este item revelou um desempenho ambiental classificado como regular, grande parte devido ao efetivo comprometimento dos colaboradores, em todos os níveis, com os aspectos relacionados à gestão ambiental.

Apesar do grau de sustentabilidade na ordem de 70%, foram verificadas situações deficitárias quanto ao conhecimento dos gestores acerca do tratamento de efluentes, desinteresse dos colaboradores frente às inovações tecnológicas e a falta de uma política de valorização do capital intelectual.

### **Critério 6 – Indicadores contábeis**

O critério de Indicadores contábeis apresentou o mais baixo grau de sustentabilidade dentre os pesquisados (17,65%). Especificamente, os sub-critérios de Indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações e Indicadores de demonstração ambiental específica contribuíram para o desempenho deficitário.

A organização não divulgou nenhuma informação de natureza ambiental em Notas Explicativas, tão pouco fez uso do Balanço Social e/ou Balanço Ambiental. Além disso, os bens, direitos e obrigações inerentes à gestão ambiental encontram-se desprovidos de qualquer terminologia ambiental que os destaque daqueles utilizados na atividade principal do hospital. Ademais, não houve investimentos significativos na área ambiental, nem políticas de redução dos custos.

No que respeita ao subcritério de Indicadores ambientais de contas de resultado, a maioria dos itens relacionados não se aplicava à organização.

### **Critério 7 – Auditoria ambiental**

Coube ao critério de Auditoria ambiental um grau de sustentabilidade de 54,29%, o que condiz um desempenho ambiental regular.

A instituição possui uma política estruturada visando à qualidade ambiental, que se encontra consubstanciada em um documento denominado Plano de gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde do Hospital Florianópolis. Nele são definidos os objetivos e metas do programa de qualidade ambiental, os quais sofrem mecanismos de controle.

Apesar de haver um programa de qualidade ambiental implementado, a incipiência das ações reflete o pouco envolvimento dos colaboradores e da comunidade no processo. Uma das prováveis causas que levaram ao cenário foi a ausência de um fluxo de informações que externalize a atuação do hospital em prol do meio ambiente.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar o sistema contábil gerencial ambiental dos aspectos e impactos ambientais da instituição hospitalar, os resultados revelaram dois critérios com avaliação deficitária, ao passo que apenas um critério apresentou desempenho ambiental adequado.

Das sete categorias pesquisadas, apenas a de Tratamento com pacientes galgou um grau de sustentabilidade tido como adequado. As demais categorias obtiveram conceito regular ou deficitário no que concerne ao desempenho no gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais.

Ecoeficiência do processo hospitalar e Indicadores contábeis foram os critérios avaliados como de fraco desempenho ambiental, o que indica a possibilidade de estarem causando ou contribuindo no cometimento de danos ao meio ambiente. Nesse ponto, o estudo

elegeu as prioridades que devem receber maior atenção por parte do hospital, na busca de melhoria nos índices.

Em vista disso, parece evidente que a instituição necessita aprimorar o processo de gestão ambiental. Em muitos dos itens contemplados na pesquisa havia a presença de agentes potencialmente impactantes do meio ambiente. E, diante do baixo desempenho ambiental da maioria dos critérios, sugere-se que a instituição concentre ações nas situações deficitárias e, não somente, no atendimento de disposições legais.

Em se tratando de sustentabilidade ambiental, o empreendimento deve ser coerente como um todo, desde a captação da matéria prima até o gerenciamento dos resíduos, independente do grau de nocividade destes últimos. Isto se torna um diferencial competitivo no negócio, frente às tantas variáveis que o influenciam. Vale ainda dizer que o sucesso organizacional dependerá muito da maneira como o gestor identifica as oportunidades e ameaças existentes no ambiente interno e externo de um empreendimento.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União, 10 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.webodonto.com/downloads/diversos/anvisa\\_resolucao\\_rdc\\_n306\\_rss.pdf](http://www.webodonto.com/downloads/diversos/anvisa_resolucao_rdc_n306_rss.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2009.

AVILA, Gilberto Jesus; PAIVA, Ely Laureano. Processos operacionais e resultados de empresas brasileiras após a certificação ambiental ISO14001. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.13, n.3, p.475-487, set.-dez. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70. 2004.

BEUREN, Ilse Maria (Org.) *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, A. C. de S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

FURTADO, Ana Paula Peixoto. Um aporte da Contabilidade à Gestão Ambiental: estudo de caso em uma empresa do ramo cerâmico. Florianópolis, 2008, 86f. **Monografia** (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES - IBRACON. Estabelece a Norma de Procedimento de Auditoria NPA 11 - Balanço e Ecologia. **Diretoria Nacional**, 1996. Disponível em: < <http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=223>>. Acesso em: 25 ago 2009.

LERÍPIO, Alexandre de Ávila. **GAIA**: um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

NUNES, João; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSA, Fabrícia Silva da; VICENTI, Ernesto Fernando Rodrigues; LIMONGI, Bernadete; VIEIRA, Eleonora M. Falcão. A Contabilidade ambiental como forma de gestão: estudo de caso em um hospital. Lyon. In: CONGRESO TRANSATLÁNTICO DE CONTABILIDAD, AUDITORÍA, CONTROL DE GESTIÓN, 1., 2007, Lyon. **Anais**. Lyon: ISEOR, 2007.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental**: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. Florianópolis, 2004, 252 p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

PFITSCHER, Elisete Dahmer; PFITSCHER, Paulo César; PETRY, Margarete Pfistcher; LIMONGI, Bernadete. Avaliação do Gerenciamento dos Aspectos e Impactos Ambientais de um Hospital. In: **XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**. ANPAD, Gramado, 2006.

QUEIROZ, Adriana Pinheiro de *et al.* Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. In: BRAGA, C. (Org.). **Contabilidade ambiental**: ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza; GRATÃO, Ângela Denise. Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 7., 2000, Recife. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos**. Recife: PE, 2000. p. 23-39.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

ZANLUCA, Júlio César. **Contabilidade ambiental**. 2007. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

## Apêndice A

<b>Crítérios</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>
<b>Crítério 1 – Fornecedores</b>			
1. O processo hospitalar segue a legislação ambiental?	A		
2. Os fornecedores são monopolistas no mercado?	A		
3. Os fornecedores apresentam preocupação com o meio ambiente?			NA
4. Para a extração/transporte/processamento/distribuição da matéria prima é necessário grande consumo de energia?			NA
5. Os fornecedores apresentam alternativas para o tratamento de resíduos?		D	
<b>Crítério 2 – Ecoeficiência do processo hospitalar</b>			
<b>a) Incineração de resíduos</b>			
6. É utilizada para o tratamento de todos os resíduos a incineração?			NA
7. É utilizada para o tratamento de resíduos de alta periculosidade, a incineração?			NA
8. É verificado se existe a destruição completa e segura neste processo?			NA
9. Este método possui alto custo?			NA
10. É necessária a utilização de equipamentos especiais?			NA
11. As escórias e cinzas, resultantes do processo, são dispostas em aterro sanitário próprio?			NA

12. Os efluentes líquidos são encaminhados para estação de tratamento?			NA
13. Os gases oriundos da queima são tratados e monitorados?			NA
14. O lixo hospitalar é acondicionado em sacos plásticos e eliminado manualmente em pequenos incineradores?			NA
15. É realizada também a incineração à céu aberto?			NA
<b>b) Autoclavagem</b>			
16. A instituição utiliza também esta forma de tratamento?			NA
17. O lixo é coletado em sacos plásticos, na cor branca leitosa, conforme especificação da norma ABNT, ou em recipientes apropriados?	A		
18. Os sacos de lixo são depositados em caixas metálicas sem tampa, de modo que não haja necessidade de abri-los?			NA
19. O vapor é injetado na câmara para permitir a esterilização propriamente dita?			NA
20. O lixo é separado e encaminhado para um aterro sanitário para deposição final?			NA
21. O lixo triturado, ensacado ou em <i>container</i> é armazenado sobre base impermeabilizada com caimento para caixa de coleta, para recolher o chorume?			NA
22. Os líquidos que resultarem da lavagem dos <i>containeres</i> e do triturador são encaminhados para a mesma caixa de coleta?			NA
23. Os efluentes são tratados?			NA
24. É realizada a secagem da carga, permitindo assim a retirada da mesma sem respingos?			NA
25. A instituição tem conhecimento da empresa terceirizada que faz o tratamento dos resíduos hospitalares, com visitas periódicas?		D	
26. A instituição tem realizado verificações <i>'in loco'</i> em relação ao tratamento dos resíduos hospitalares, com visitas periódicas?		D	
27. A instituição terceiriza o serviço a mais de cinco anos?	A		
<b>Critério 3 – Tratamento com pacientes</b>			
28. Existe estrutura física adequada para o tratamento dos pacientes?	A		
29. Existe quantidade suficiente de recursos humanos para atendimento aos pacientes?		D	
30. Existe conhecimento por parte dos pacientes sobre a valorização ambiental?			NA
31. Existe acompanhamento psicológico aos pacientes com problemas mais graves de saúde?	A		
32. Existe separação por setores dos pacientes com doenças contagiosas?	A		
<b>Critério 4 – Indicadores gerenciais</b>			
33. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?	A		
34. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas decorrentes?	A		
35. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo hospitalar por parte da comunidade vizinha?	A		
36. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?	A		
37. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?		D	
38. A eficiência da utilização de insumos e matérias-primas é relativamente observada?		D	
39. A quantidade mensal de matérias-primas e energia utilizadas pelo processo hospitalar é crescente?			NA
<b>Critério 5 – Recursos humanos na organização</b>			
40. Os gestores estão cientes da poluição do ar pelos gases da combustão e por partículas não retidas nos filtros e precipitadores?			NA
41. Os gestores têm conhecimento sobre o tratamento de efluentes, em vistas periódicas?		D	
42. Os gestores acreditam que a carga orgânica pode estar isenta de contaminação?	A		
43. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?	A		
44. O corpo gerencial apresenta-se efetivamente comprometido com a gestão ambiental?	A		
45. A mão-de-obra empregada é altamente especializada?	A		
46. Os colaboradores estão voltados às inovações tecnológicas?		D	
47. A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?	A		
48. Existe uma política de valorização do capital intelectual?		D	
49. A instituição possui uma política de treinamento na área de gestão de resíduos?	A		
50. É realizado acompanhamento do processo após curso de qualificação?	A		
<b>Critério 6 – Indicadores contábeis</b>			
<b>a) Indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações</b>			

51. A instituição utiliza o Balanço Social?		D	
52. A instituição apresenta resultados ambientais em Notas Explicativas?		D	
53. A instituição tem conhecimento da estrutura de um Balanço Social?		D	
54. A instituição tem conhecimento da estrutura de um Balanço Ambiental?		D	
55. A instituição tem conhecimento da estrutura de Indicadores Ambientais?		D	
56. Os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?		D	
57. A instituição possui títulos a receber?		D	
58. A instituição possui outros créditos a receber?		D	
59. Os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados a LP?		D	
60. A instituição possui títulos a receber a LP?		D	
61. A instituição possui outros créditos a receber a LP?		D	
62. A instituição possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?		D	
63. A instituição possui demais elementos no ativo permanente?		D	
64. A instituição possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?		D	
65. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental?			NA
66. A instituição possui multas e indenizações ambientais?	A		
67. A instituição possui salários e encargos de especialistas da área ambiental?		D	
68. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental a LP?			NA
69. A instituição possui multas e indenizações ambientais a LP?	A		
70. A instituição possui reservas para contingências de natureza ambiental?		D	
<b>b) Indicadores ambientais de contas de resultado</b>			
71. A instituição tem auferido receitas relativas à valorização do meio ambiente?			NA
72. A instituição possui receita não-operacional (fontes de financiamento de órgãos governamentais e não governamentais)?			NA
73. Os custos de produção são superiores as receitas?			NA
74. Os custos de produção atingem 50% das receitas?			NA
75. Os custos de produção são inferiores a 50% das receitas?			NA
76. Existe consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental, e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição?			NA
77. O consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental, e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição tem se mantido constante?	A		
78. O lucro bruto tem aumentado no último período?			NA
79. A empresa paga honorários de profissionais especializados?		D	
80. A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?		D	
81. A empresa paga multas e indenizações por falhas operacionais, como infração à legislação ou direito de terceiros?	A		
82. A empresa paga multas e indenizações por acidentes ambientais, perdas por exposição de pessoas e bens à poluição?	A		
<b>c) Indicadores de demonstração ambiental específica</b>			
83. Existe aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)?		D	
84. Existe aquisição de imobilizados?		D	
85. A instituição paga insumos utilizados para redução dos impactos ambientais?		D	
86. A instituição possui custos relativos à adaptação à legislação?		D	
87. A instituição possui gastos com divulgação na área ambiental?		D	
88. A instituição possui redução de refugos?		D	
89. A instituição possui economia de energia elétrica?		D	
90. A instituição possui economia em transportes?		D	
91. A instituição possui economia de matérias primas?		D	
92. A instituição possui economia de gastos com pessoal? (saúde, improdutividade, absenteísmo, etc).		D	
93. A instituição possui grande quantidade de resíduos que causam impacto?	A		
<b>Critério 7 – Auditoria ambiental</b>			
94. Existe uma política para a qualidade ambiental definida para a instituição?	A		

95. Existe um plano de qualidade ambiental?	A		
96. Se existe, a política da qualidade ambiental é redefinida anualmente quando da elaboração do “plano diretor de qualidade ambiental?”		D	
97. Possuem instrumentos de monitoramento para o desenvolvimento/implantação/operacionalização dessa política de qualidade ambiental?	A		
98. Há um sistema informatizado sobre a gestão da qualidade ambiental na instituição?		D	
99. Há manual(is) de instrução sobre os programas e procedimentos do tratamento de resíduos hospitalares?	A		
100. Há controle de objetivos e metas atingidas pela instituição, definidas pelo programa de qualidade ambiental?	A		
101. Há possibilidade dos funcionários sugerirem melhorias?	A		
102. Há produtos destinados à desmontagem, reciclagem ou reutilização?	A		
103. Há produtos que contêm instruções de uso e descarte ecologicamente seguros?		D	
104. Há controle do grau de conformidade das atividades da instituição com os regulamentos ambientais?		D	
105. A instituição sofreu multas ou punições pela má gestão ambiental nos últimos 5 anos?	A		
106. Há controle dessas punições?	A		
107. Há reformulação do plano de auditoria a partir do controle dessas punições?		D	
108. São feitas auditorias ambientais?	A		
109. Foi feita pelo menos de 01 auditoria por ano?		D	
110. Foram necessárias ações emergenciais como medida punitiva?	A		
111. Existem medidas preventivas para a qualidade ambiental da instituição?		D	
112. A comunidade é envolvida no processo de qualidade ambiental da instituição?		D	
113. As considerações da comunidade são catalogadas e analisadas para compor o programa de qualidade ambiental?		D	
114. Há comunicação para a imprensa sobre a responsabilidade sócio-ambiental da instituição?		D	
115. Há processo de comunicação sobre a atuação da instituição em algum site, na questão ambiental?		D	
116. São aplicadas “condições e termos da qualidade”, quando da efetivação dos processos de compra de insumos e equipamentos?		D	
117. O tratamento de resíduos hospitalares é feito na própria instituição ou por terceiros?			NA
118. São definidas políticas ambientais para o processo de seleção para as empresas que prestam estes serviços?	A		
119. Há acompanhamento dos serviços prestados?	A		
120. É feita manutenção e inspeção dos equipamentos da instituição de maneira a garantir a qualidade ambiental?	A		
121. É definida claramente a cadeia de tomada de decisões e de responsabilidade com a qualidade ambiental?		D	
122. A responsabilidade é de um único setor?	A		
123. A direção da instituição é envolvida e comprometida com a gestão da qualidade ambiental?	A		
124. Todos os setores da instituição estão envolvidos no programa de qualidade ambiental?		D	
125. Há políticas de seleção e avaliação definidas com os fornecedores?		D	
126. Há controle de projetos e pesquisas da qualidade ambiental na instituição?		D	
127. Existem procedimentos de acompanhamento das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?	A		
128. Existem procedimentos de avaliação das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?	A		
129. Existem propostas de melhorias das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?	A		

### Quadro 2 – Lista de verificação para instituição hospitalar

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004)